

Perfil da comunidade acadêmica da Escola de Ciência da Informação da UFMG: relações de poder e hierarquias¹

Joana Ziller (UFMG)
Tatiana Lucia Cardoso (UFMG)

Resumo: As relações de poder perpassam a dinâmica cotidiana da produção de conhecimento. Tais relações contribuem para dar forma ao saber científico. A partir dessa idéia, o presente artigo analisa a constituição dos corpos docente e discente (graduação) da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Apresenta, pois, um conjunto que inverte as características de perfis gerais da UFMG: enquanto o corpo discente da Universidade tem alunos homens de grande maioria branca, a ECI comporta muitas mulheres, alto percentual de negros e um perfil socioeconômico bem mais baixo do que a média da universidade. No corpo docente, a presença maciça de mulheres, inclusive no que diz respeito aos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, também representa uma ruptura com o padrão da UFMG.

Palavras-chave: Perfil da comunidade acadêmica. Relações de poder. Hierarquização. Saber científico.

Abstract: The relations of power are related to the dynamics of knowledge production routine. Such relations contribute to give form to the scientific knowledge. From that idea, the present article analyzes the constitution of faculty and student at School of Information Science of the UFMG. It presents an assembly that reverses the characteristics of UFMG general profile: while the student staff of the University has a great white men majority, the ECI shelters many women, high percentage of afro-brasilians and a economic profile lower than the university's average. In the faculty, the solid presence of women also represents a rupture with the UFMG template.

Keywords: Academic community profile. Power relations. Scientific knowledge.

Introdução

Entre os elementos que compõem o fazer científico, há aqueles diretamente ligados à busca do conhecimento e os que fazem parte do contexto no qual se insere o pesquisador. Talvez um dos componente mais discutidos dessa segunda categoria sejam os colégios invisíveis (Kneller, 1980), mas as relações de poder na constituição do fazer científico não se limitam a eles.

A obra de Michel Foucault é plena de referências a tais elementos. O autor localiza as ciências como parte do saber, sendo este considerado “o conjunto de elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva, e indispensáveis à constituição de uma ciência,

¹ Comunicação oral apresentada ao GT-06 - Informação, Educação e Trabalho.

apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar” (2007, p.204). Ao se referir às práticas discursivas, ressalta a porção ideológica inerente às ciências.

Foucault (2007) esclarece, ainda, o papel definidor das ideologias nas práticas discursivas e na formação dos objetos científicos. Vale ressaltar que as práticas discursivas são vistas pelo autor como intrínsecas ao saber, como fica claro na definição acima citada. Outro ponto fundamental de influência da ideologia é a formação dos objetos - o autor lembra que os objetos a que se direcionam o discurso e o próprio ato de se produzir discurso sobre determinado objeto são fruto de um conjunto de relações determinadas.

É importante, assim, que os campos científicos investiguem, discutam e entendam as condições de produção do saber e, mais especificamente, da porção científica desse saber que lhes é diretamente relacionada. Tais condições colaboram para dar forma ao conhecimento científico desenvolvido por cada campo, tanto por indicar a maneira como o campo se delimita internamente quanto por jogar luzes sobre o lugar que ocupa nas instituições científicas – tomadas aqui de maneira ampla, como universidades e órgãos de fomento à pesquisa –, suas relações com outros campos, as hierarquizações e estratégias inerentes ao fazer científico.

Assim, este artigo tem como objetivo investigar tanto as características do corpo discente quando o perfil do corpo docente da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Metodologia

Para investigar quais as características que definem os corpos discente e docente da Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG, partiu-se de metodologias exploratórias que evidenciem elementos subsumidos ao fazer científico e, em grande medida, silenciados dentro das instituições. Vale ressaltar que tal esforço extrapola o campo da Ciência da Informação, desenvolvendo-se como parte das investigações sobre a democratização da Universidade pela equipe do Programa Conexões de Saberes na UFMG¹.

No que tange aos discentes, as investigações têm como base o banco de dados dos candidatos aos vestibulares de 2002 a 2007, analisando o perfil geral dos candidatos e os perfis específicos do grupo de aprovados e do grupo de reprovados, segmentados, aqui, ao

curso de Biblioteconomia. As informações foram cedidas pela Pró-Reitoria de Graduação da UFMG - o perfil dos estudantes aprovados e reprovados é obtido anualmente pela universidade por meio da ficha de inscrição no vestibular. A partir dela, apuram-se informações tais como origem social, raça/etnia, gênero, tipo de ensino médio e de instituição em que foi cursado, acesso a bens de consumo, grau de instrução dos pais, domínio de outros idiomas.

Em relação ao corpo docente, foram efetuados dois mapeamentos. O primeiro, construído a partir de dados obtidos junto à Pró-Reitoria de Recursos Humanos (Pró-RH) da UFMG, joga luzes sobre o vínculo dos professores à Universidade (se são efetivos, substitutos ou visitantes); sua classe (auxiliar, assistente, adjunto, titular, especial)²; e gênero.

Outra investigação disse respeito à concessão de bolsas de produtividade em pesquisa pelo CNPq. Dentro da universidade, tendo como foco a tríade ensino-pesquisa-extensão, a pesquisa destaca-se como geradora de prestígio para quem a pratica. Assim, as diferenças que começam quando se volta o olhar para a constituição do corpo docente se acentuam sob o recorte da pesquisa e, mais especificamente, da concessão de bolsas de produtividade em pesquisa.

Para entender melhor como se dá a distribuição das bolsas de produtividade em pesquisa na UFMG, implementou-se uma metodologia de investigação. Primeiro, foi recuperada a lista de professores da instituição que são bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq (UFMG, 2007). A seguir, visitou-se o currículo Lattes de cada professor/a, para apurar a qual departamento/curso está ligado/a e em que categoria e nível de bolsa de pesquisa está classificado/a.

Formação do corpo docente

Para entender o significado das características do corpo docente do Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG, é preciso conhecer as informações gerais, a fim de contextualizar os dados específicos. O GRAF. 1 mostra a divisão dos professores por unidades/departamentos da UFMG.

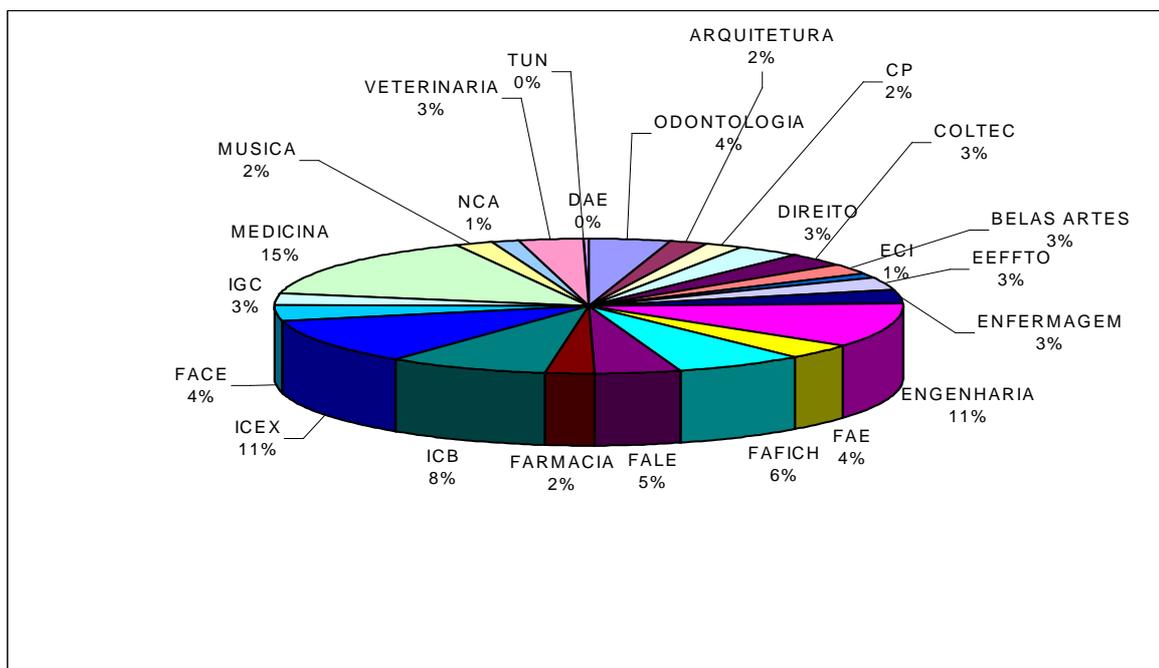


GRÁFICO 1: Percentual de professores por Unidade
 Fonte: Programa Conexões de Saberes/UFMG, 2008.

De acordo com a Pró-RH, a UFMG tem um universo de 2.788 professores/as universitários/as. Destes, 1.165 (41,8%) são mulheres e 1.623 (58,2%), homens. São professores efetivos da Universidade 2.476 (88,8%); os outros 312 (11,2%) trabalham como professores substitutos ou visitantes.

A ECI agrega 1% desse total, com 32 professores/as. Desse total, tomando como base os docentes efetivos, 15 são professores/as adjuntos³, quatro assistentes, oito associados e dois titulares. Há, ainda, três professores/as substitutos/as, que se encaixam nas classes de assistente (um) e auxiliar (dois) – os professores substitutos mantêm contratos temporários com a universidade, de até dois anos; assim, a análise será centrada no corpo de efetivos.

No que diz respeito à UFMG como um todo, temos que, na classe Auxiliar, há um total de 43 docentes, sendo 39,21% de professoras e 60,79% de professores. Entre os assistentes, 27,91% são professoras e 72,09%, professores. Os adjuntos têm a menor diferença de gênero, com 45,87% de professoras e 54,13% de professores. Na classe associado, há 37,37% de professoras e 62,63% de professores. E na titular encontra-se a maior discrepância: 16,54% de professoras e 83,46% de professores. A classe especial, que tem docentes alocados

em sua maioria no Centro Pedagógico e no Colégio Técnico, tem 47% de professoras e 53% de professores. Essa divisão pode ser mais facilmente visualizada no GRAF.2.

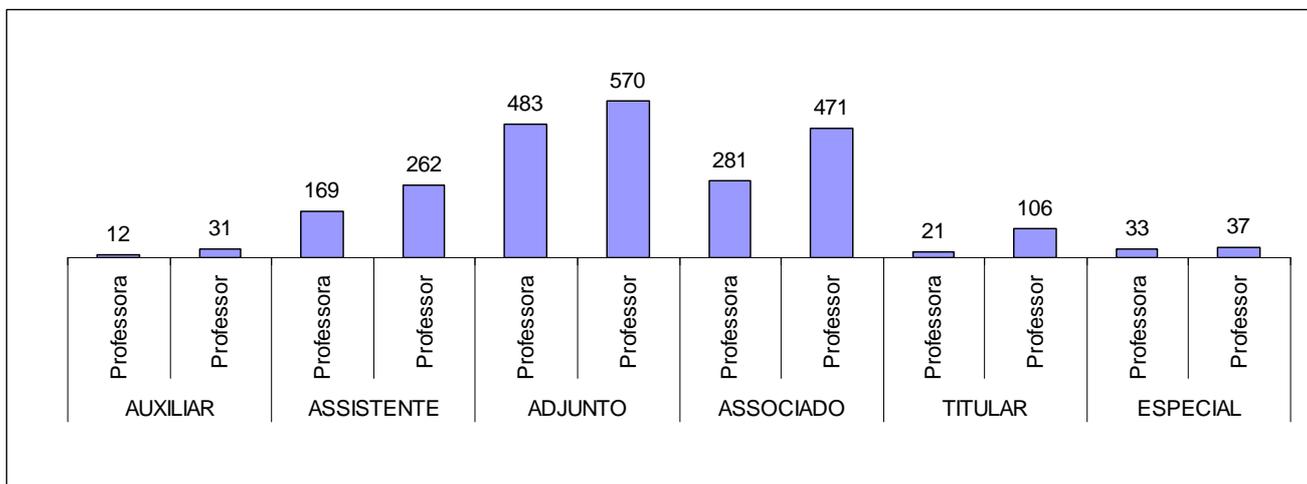


GRÁFICO 2: Relação Professores por Classe/Quadro Geral
 Fonte: Programa Conexões de Saberes/UFMG, 2008.

A situação na ECI conforma-se de maneira diferente. A começar pela ausência de professores auxiliares, o que indica uma maior qualificação do corpo docente da unidade, mas também pela maciça presença de mulheres no corpo docente, como se pode conferir no GRAF. 3.

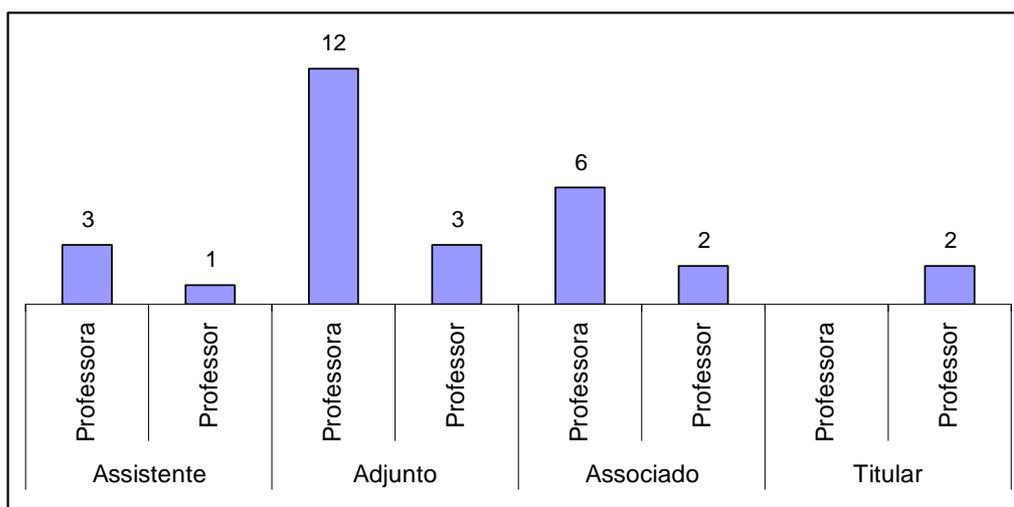


GRÁFICO 3: Relação Professores por Classe/Escola de Ciência da Informação
 Fonte: Programa Conexões de Saberes/UFMG, 2008.

No quadro geral da Universidade, os docentes homens representam maioria em quase todos os departamentos/unidades. As exceções estão, via de regra, relacionadas a atividades de docência e de cuidados com a saúde. Esse quadro não é obra do acaso. O papel da mulher na academia é historicamente secundário – e apenas a partir do momento histórico em que a mulher extrapola o âmbito doméstico e começa a se envolver com atividades como a ciência. Assim como na sociedade em geral mulheres e homens têm reconhecimentos financeiros diferentes por desempenharem trabalhos semelhantes, na academia os papéis centrais são tradicionalmente masculinos, em uma relação de hierarquização de gênero.

Mesmo na ECI, com a expressiva maioria de mulheres no corpo docente, nota-se tal tendência ao voltar-se o olhar para a categoria de professores titulares. *Locus* de prestígio acadêmico, é, na ECI, a única categoria que não tem professoras entre seus representantes – no quadro geral da UFMG, há 106 professores e 21 professoras titulares, ou seja, apenas 16,5% do total de discentes da categoria titular são mulheres.

A inversão do quadro geral de gênero se mantém no que tange aos professores bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. Em toda a UFMG, há 569 professores que recebem a bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, o equivalente a 20,4% do total. Destes, 362 (63,62%) são pesquisadores e 207 (36,38%), pesquisadoras. Na ECI, foram localizadas três bolsistas de produtividade em pesquisa, todas mulheres.

Do ponto de vista da construção de um campo científico mais representativo socialmente, mais democrático, a constituição do corpo docente da ECI UFMG é positiva ao inverter uma hierarquização geral da universidade e, assim, contribuir para a formação de saberes mais representativos⁴. Quando se volta o olhar para o contexto, é possível inferir que essa constituição tem causas e conseqüências oriundas, como em todo o saber científico, de relações ideologicamente configuradas (FOUCAULT, 2007). Esse quadro fica mais claro após analisar-se o perfil geral dos candidatos ao vestibular da UFMG e o segmento que diz respeito ao curso de Biblioteconomia da ECI.

Formação do corpo discente

O perfil geral dos aprovados no vestibular da UFMG também difere do perfil específico dos candidatos aprovados para o curso de Biblioteconomia. Nas palavras do pró-reitor de graduação da UFMG, Mauro Braga, no Censo Sócio-econômico dos alunos de graduação da UFMG

o estudante típico que ingressa na UFMG pode ser identificado como sendo de classe média, cursou ensino médio diurno não profissionalizante, é solteiro, declara-se da raça branca, ingressou na UFMG pouco depois de concluir o ensino médio, reside em Minas Gerais e pelo menos um de seus pais tem formação superior (BRAGA & PEIXOTO, 2006, p.23).

Algumas dessas características estão detalhadas na TAB. 1.

Tabela 1: perfil médio dos aprovados no vestibular da UFMG, de 2002 a 2007

Ano	Homens	Mulheres	Branco	Negro	FSE (Média)
2002	55,2%	44,8%	-	-	5,91
2003	52,6%	47,4%	74,3%	23,4%	5,71
2004	52,2%	47,8%	66,9%	25,2%	5,94
2005	52,9%	47,1%	64,7%	25,8%	5,94
2006	52,6%	47,4%	60,8%	27,5%	6,53
2007	50,6%	49,4%	60,8%	26,1%	5,31

Fonte: Programa Conexões de Saberes na UFMG

De acordo com a TAB. 1, é possível afirmar que, nos últimos seis anos, a maior parte dos aprovados no vestibular da UFMG é de homens, brancos e com FSE médio acima de 5 (para mensurar a condição socioeconômica dos/as estudantes, o Censo Sócio-econômico dos alunos de graduação da UFMG utiliza o Fator Socioeconômico, chamado de FSE - uma escala de mensuração quantitativa que assume valores discretos de um a dez).

Quando o recorte se dá com base apenas no curso de Biblioteconomia, novamente notamos uma inversão em vários desses elementos, como se pode observar nas TAB. 2 e TAB. 3.

Tabela 2: perfil médio dos aprovados no vestibular da UFMG para o curso de Biblioteconomia - diurno, de 2002 a 2007

Ano	Homens	Mulheres	Branco	Negro	FSE (Média)
2002	31,7%	68,0%	-	-	3,71
2003	31,7%	68,3%	48,8%	51,3%	3,28
2004	31,7%	68,3%	50,0%	39,0%	3,73
2005	29,2%	70,8%	50,0%	38,6%	3,86

2006	32,9%	67,1%	43,2%	45,7%	5,17
2007	25,6%	74,4%	45,7%	38,3%	4,24

Fonte: Programa Conexões de Saberes na UFMG

Tabela 3: perfil médio dos aprovados no vestibular da UFMG para o curso de Biblioteconomia - noturno, de 2002 a 2007

Ano	Homens	Mulheres	Branco	Negros	FSE (Média)
2002	67,5%	32,5%	-	-	2,38
2003	47,5%	52,5%	55,0%	45,0%	2,13
2004	55,0%	45,0%	42,5%	47,5%	2,69
2005	48,8%	51,2%	35,9%	56,4%	2,68
2006	55,0%	45,0%	32,5%	50,0%	3,79
2007	52,5%	47,5%	52,5%	42,5%	3,15

Fonte: Programa Conexões de Saberes na UFMG

Ao comparar as TAB. 1, TAB. 2 e TAB. 3, evidenciam-se grandes diferenças de perfil do alunado. Em primeiro lugar, o percentual de negros cresce significativamente – em alguns casos, ultrapassa a metade dos aprovados para Biblioteconomia, enquanto, no que tange aos aprovados em geral, fica em torno de ¼. A quantidade de alunas também é elemento de análise: enquanto que, no curso diurno, o percentual de alunas é muito maior do que a média geral da UFMG, quando tomamos as informações sobre o curso noturno temos que esse índice cai bastante e apenas nos últimos anos ele se aproxima do perfil geral da UFMG.

O Fator Socioeconômico dos aprovados para o curso de Biblioteconomia é muito menor do que a média geral da UFMG. Se compararmos os dados gerais aos do curso diurno, temos uma diminuição de quase dois pontos no FSE médio na maior parte dos anos. A comparação com o curso noturno, em alguns anos, supera os três pontos. Em ambos os casos, vale ressaltar que o FSE médio dos alunos de biblioteconomia apresenta uma tendência de crescimento nos dois últimos anos.

A questão socioeconômica está diretamente relacionada, de acordo com o Censo Socioeconômico e Étnico dos Estudantes de Graduação da UFMG, ao prestígio de cada curso. Braga e Peixoto (2006) afirmam que

(...) cursos de maior prestígio são procurados, preferencialmente, por estudantes de estratos sociais mais favorecidos. (...) Resulta daí que o valor médio do FSE para alunos de um determinado curso é tanto maior quanto maior for o seu prestígio social. (BRAGA e PEIXOTO, 2006, p. 54)

De acordo com o Censo Socioeconômico e Étnico dos Estudantes de Graduação da UFMG, dentre os cursos considerados de menor prestígio estão Ciências Biológicas – Noite, Física – Noite, História – Noite, Química – Dia, Química – Noite, Letras – Noite, Geografia – Noite, Sistema de Informação – Noite, Estatística, Matemática – Noite, Pedagogia – Dia, Pedagogia – Noite, Biblioteconomia – Dia, Biblioteconomia – Noite e Zootecnia. Ao contrário do que acontece com os cursos de maior prestígio, entre os cursos de menor prestígio quase todos são noturnos e/ou na modalidade licenciatura, com exceção de Química – Dia, Estatística, Zootecnia e Biblioteconomia – Dia e Noite.

É importante problematizar o fato de que o mesmo curso que é exceção no que tange à formação do prestígio, já que, no grupo⁵ de cursos de menor prestígio na UFMG, é um dos quatro que não são licenciatura, também é exceção quando se analisa o perfil de seus corpos discente e docente.

Vale, então, questionar até que ponto essa constituição, em instituições tradicionais/tradicionalistas como a UFMG, resulta em hierarquizações e na localização secundarizada do fazer científico dessa comunidade acadêmica? Como tais relações influenciam a constituição da produção de saberes dessa comunidade? Ou seja, ao se pensar na evolução do saber científico de um campo, é preciso voltar os olhos para as discussões conformadoras desse campo.

Considerações finais

A participação da mulher no mundo acadêmico se apresentou muitas vezes como uma presença inadequada ao(s) projeto(s) político(s) de vanguarda e/ou destaque no cenário nacional. Ora essa presença inadequada era compensada por pequenas concessões do comando masculino, ora por posturas que sugeriam formas de apropriações do modelo hegemônico de poder pelas próprias mulheres, ora por posturas de enfrentamento deliberado. O reconhecimento do saber estava correlacionado não apenas às classes sociais, mas às diferenças intelectuais delegadas às questões de gênero e raça constituídas a partir de um modelo psicossocial ainda bastante difuso.

Durante séculos foi negada à mulher a inserção no sistema educacional. Os fatores que influenciaram foram tanto a “... estrutura patriarcal vigente na sociedade, que valoriza a figura do homem e suas atividades...”, quanto a Igreja Católica que, com sua força política e ideológica, impôs valores morais que contribuíram para a constituição de modos e hábitos que apreciavam os serviços domésticos e difundiam o matrimônio como a única possibilidade plausível do papel social da mulher. No Brasil imperial, às mulheres somente foram destinados alguns colégios religiosos para a aprendizagem do francês, do modo de se vestir e se comportar perante a sociedade. O principal objetivo era formar “senhorinhas capazes de se tornarem esposas e colaboradoras de homens públicos, sobretudo de diplomatas” (FREIRE, 1959 apud CUNHA, 1980, p. 126).

A partir da década de 40, com a expansão da rede de ensino médio e melhor aceitação da mulher no mercado de trabalho, principalmente no magistério, os cursos das Faculdades de Filosofia de todo país passaram a ser freqüentados por moças (OLIVE, 2002). Já em 1937, na criação da UNE, estava reunida a União Universitária Feminina, num contexto em que o estabelecimento do ensino religioso facultativo nas escolas tinha a ver com a separação de rapazes e moças em salas diferentes, tendo em vista a “natureza” da personalidade feminina e a “missão” da mulher dentro do lar (CUNHA, 1980).

Com a entrada do feminismo no Brasil, as mulheres passaram a indagar qual era o seu papel dentro da sociedade e de que forma tais hábitos a prejudicavam ou favoreciam. Segundo Coser (1989), “o feminismo propunha, também, a entrada de mulheres no mercado de trabalho, buscando autonomia financeira e inserção no mundo mais amplo do que o espaço doméstico” (p.12). Entretanto, a realidade foi muito mais conflituosa, porque a mulher tinha seu emprego, mas continuava a ter de lidar com as tarefas domésticas e recebia menos que os homens. O eco do movimento feminista de outros países chegou ao Brasil, trazido por exiladas políticas que retornaram, depois de longos anos de ausência, ou por mulheres que foram ao exterior para estudos de pós-graduação e se sensibilizaram pelas questões da mulher, tão em evidência nesses locais. Muitas delas trouxeram o debate feminista para o seu local de atuação e contribuíram para a criação e dinamização de grupos de mulheres.

Nas universidades, o tema apareceu primeiro como objeto de estudos pós-graduados, introduzidos por professores e estudantes. Inicialmente, essa produção acadêmica abordava, como aspecto principal, o trabalho produtivo feminino e o trabalho doméstico, porém, aos

poucos, foram merecendo maior atenção outros aspectos, como a mulher na família, sexualidade, identidade, cidadania, formas próprias de organização. Depois, a temática passou a aparecer em títulos de conferências, debates e discussões, que tiveram lugar especialmente nos cursos de Estudos e Problemas Brasileiros, em que qualquer assunto da atualidade pôde ser aceito como legítimo. Num terceiro momento, mais recente, as mulheres que se preocupavam com a temática já eram muitas, mas, como estivessem lotadas em diferentes departamentos, não tinham como atuar coletivamente, seja para debater resultados de pesquisas, seja para trocar bibliografias ou promover encontros e reuniões.

Tais mudanças podem ser vistas na busca das mulheres pelo ensino universitário. Entre 1975 e 1980, houve um crescimento de 47,8% na quantidade de candidatas ao vestibular. A maioria ainda se dirigia para os cursos socialmente aceitáveis para mulheres, como Letras, Belas Artes, Pedagogia e Psicologia. Aos poucos, apareceram mulheres nos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Medicina e decresceu a presença feminina nos cursos de Belas Artes, Enfermagem, Biblioteconomia e História.

A variável raça

Os negros estão sub-representados entre os aprovados nos vestibulares dos seis anos analisados, em todos os cursos de alto e médio prestígio, e em 12 dos cursos agrupados entre os 15 de menor prestígio social. Assim como no caso das mulheres – e talvez ainda mais aprofundadamente no que diz respeito às hierarquias sociais –, é importante lembrar que essa sub-representação também tem raízes sócio-históricas.

Já na primeira Constituição do país, promulgada em 1824, estava prevista a garantia, no art. 6, item 1, do ensino primário gratuito a todos – mas todos referia-se apenas aos brasileiros, uma vez que estrangeiros eram proibidos de freqüentar as escolas da época. Como a maior parte dos negros era africana, pode-se localizar nesse ponto a primeira legislação discriminatória no âmbito da educação nacional.

Sessenta anos depois, a Reforma Couto Ferraz reforçava as proibições à escolarização dos negros ao estabelecer “que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores” (BRASIL, 2003, p.7).

Tal situação se mantém com a Abolição e a Proclamação da República. A democratização do ensino, então estabelecida legalmente, encobria uma falta de condições materiais que, na prática, impedia o acesso de recém-egressos do cativo e seus descendentes à escolarização.

Portanto, a conformação dos corpos discente e docente do curso de Biblioteconomia da UFMG responde a desequilíbrios históricos de gênero e raça, que, ainda que combatidos, reduzidos e muitas vezes invisibilizados na atualidade, não deixaram de existir. Há que se jogar luzes sobre o fato de que, como parte da vida social, o fazer científico é afetado por tais desequilíbrios. E tirar da invisibilidade discussões sobre a democratização do acesso à universidade e ao fazer científico.

Referências

BORGES, Cláudia A.M. et al. **História da universidade no Brasil: a Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Programa Conexões de Saberes FAFICH-UFMG, 2008. 120p. Relatório.

BRAGA, Mauro Mendes; BOGUTCHI, Tânia F.; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Tendências da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG. In.: **Cadernos de Pesquisa**, n.13,v. 113, p. 129 – 152, julho 2001.

BRAGA, Mauro Mendes; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. **Censo socioeconômico e étnico dos estudantes de graduação da UFMG**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2006.

CNPq. Anexo I da RN-016/2006 - Bolsas Individuais no País. http://www.cnpq.br/normas/rn_06_016_anexo1.htm. Acesso: abr. 2008.

CÓSER, Silvana Maria Leal. **Do ruído à fala: análise da experiência de participação política de mulheres em Minas Gerais na década de 75-85 em partidos, sindicatos e movimentos sociais de mulheres**. Belo Horizonte [manuscrito], 1989. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. 147f.

COSTA, Sérgio. Entre o atlântico norte e o atlântico negro. In: COSTA, Sérgio. **Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez, Autores associados, 1989.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 6.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950. 486p.

FREIRE, Gilberto. Em torno de uma sistemática da miscigenação no Brasil patriarcal e semipatriarcal. In: FREIRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições devida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

OLIVE, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. IN: SUSANA, Arrosa (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

UFMG. Regimento Geral da UFMG.
http://www.ufmg.br/conheca/informes/ia_reg_atual.html . Acesso em mar. 2008

UFMG. Resolução Complementar 0206.
<http://www.ufmg.br/online/arquivos/resolucao%20complementar%20professor%20associado.doc>. Acesso: abr. 2008.

UFMG. Pesquisadores Bolsistas CNPq.
<http://www.ufmg.br/prpq/Pesquisadores%20bolsistas%20%20CNPq.xls>. Acesso: ago. 2007.

¹ O Programa Conexões de Saberes é uma iniciativa da Secad/MEC. Na UFMG, está ligado ao Núcleo de Psicologia Política, no Departamento de Psicologia, e é desenvolvido sob três eixos. O primeiro trata do mapa da exclusão na universidade; o segundo, da relação universidade e movimentos sociais; o terceiro, da relação com escolas públicas municipais.

² Tais divisões estão previstas no Regimento Geral da UFMG, no capítulo II (exceto no que tange à classe de professores *Especiais*)

³ Para compreender tal categorização, é necessário conhecer a organização da UFMG no que se refere às questões de classe dos docentes. Estes são classificados em auxiliar, assistente, adjunto e titular: podem concorrer a professor auxiliar os portadores de diploma de graduação; podem concorrer a professor assistente os portadores de diploma de mestre ou mais elevado; podem concorrer a professor adjunto os portadores de diploma de doutor ou de livre-docente; podem concorrer a professor titular os professores adjuntos e portadores do título de doutor ou de livre-docente.

⁴ Parte-se da premissa de que a representação de grupos mais diversificados resulta em um fazer científico também mais diversificado e, portanto, mais representativo das demandas da sociedade.

⁵ O Censo Socioeconômico e Étnico dos Estudantes de Graduação da UFMG divide todos os cursos da universidade em quatro grupos de prestígio, sendo o primeiro o de maior prestígio, os dois intermediários, de médio prestígio, e o quarto, de menor prestígio.